



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2012 (Do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita sejam convidados para audiência pública o Sr. Jorge Hage, **Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União**, o Sr. Senhor Jurandir Vieira Santiago, Ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A e o atual **Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58, da Constituição Federal, e art. 256 e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção de providências necessárias à realização de audiência pública com a presença do Sr. Jorge Hage, **Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União**, do Sr. Senhor Jurandir Vieira Santiago, Ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A e do atual **Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.**, para prestar esclarecimentos acerca das providências adotadas para apuração e responsabilização das irregularidades constatadas no âmbito daquela instituição bancária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Chegaram ao conhecimento público, por meio de reportagens publicadas na revista “Época” e no jornal “O Globo”, informações que dão conta da suposta ocorrência irregularidades praticadas no âmbito do Banco do Nordeste, envolvendo o então Chefe de gabinete do Banco do Nordeste, Robério Gress do Vale, e pelo menos dez militantes do Partido dos Trabalhadores.

Segundo consta das reportagens, relatório da Controladoria-Geral da União teria apontado a existência de esquema de desvio de recursos do Banco do Nordeste, mediante falsificação de documentos, notas fiscais e obtenção de empréstimos fraudulentos que teriam desviado aproximadamente R\$ 100 milhões.

As fraudes seriam destinadas a beneficiar laranjas e empresas dos cunhados do Sr. Robério Gress do Vale e, ao que tudo indica, serviriam ao financiamento de campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores.

É o teor da reportagem publicada na revista “Época”:

“Polícia Federal apura o desvio de mais de R\$ 100 milhões do Banco do Nordeste

Lembra o caso dos dólares escondidos na cueca? Uma investigação obtida por ÉPOCA revela desvio de dinheiro envolvendo o mesmo banco – e o mesmo partido político

LEOPOLDO MATEUS, DE FORTALEZA

No auge do escândalo do mensalão, em julho de 2005, nenhum caso chamou tanta atenção quanto os “dólares na cueca”, que levaram à renúncia de José Genoino à presidência do Partido dos Trabalhadores. Um assessor parlamentar do então deputado estadual cearense José Guimarães (PT), irmão de Genoino, foi detido pela Polícia Federal, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Em suas roupas de baixo, havia US\$ 100 mil em espécie. As investigações indicaram na ocasião que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dinheiro era propina recebida pelo então chefe de gabinete do Banco do Nordeste (BNB) e ex-dirigente do PT, Kennedy Moura, para acelerar empréstimos no banco. Passados sete anos, uma auditoria interna do banco e outra da Controladoria-Geral da União, obtidas por ÉPOCA, revelam um novo esquema de desvio de dinheiro. **Somente a empresa dos cunhados do atual chefe de gabinete, Robério Gress do Vale, recebeu quase R\$ 12 milhões. Sucessor de Kennedy, Vale foi o quarto maior doador como pessoa física para a campanha de 2010 do hoje deputado federal José Guimarães.**

O poder de Guimarães sobre o BNB pode ser medido a partir da lista dos doadores de sua bem-sucedida campanha ao segundo mandato, dois anos atrás. **A maior doação de pessoa física é dele próprio. A segunda é de José Alencar Sydrião Júnior, diretor do BNB e filiado ao PT.** A terceira é do também petista Roberto Smith, presidente do banco no período em que ocorreram operações fraudulentas e hoje presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, nomeado pelo governador Cid Gomes (PSB). O atual presidente do BNB, Jurandir Vieira Santiago, vem em 11º. Eleito para a Câmara Federal pela primeira vez em 2006, com a maior votação do Ceará, Guimarães ganhou poder na Câmara. Tornou-se vice-líder do governo e passou a ser amplamente reconhecido como o homem que indicava a diretoria no Banco do Nordeste. No disputado campo de batalha da política nordestina, o BNB é território de José Guimarães.

O novo esquema de desvios e fraudes no banco nordestino segue um padrão já estabelecido na longa e rica história da corrupção brasileira: o uso de laranjas ou notas fiscais frias para justificar empréstimos ou financiamentos tomados no banco. Assim como na dança de dinheiro dos tempos do mensalão, as suspeitas envolvem integrantes do PT. Um levantamento feito por ÉPOCA mostra que, entre os nomes envolvidos nas investigações da CGU e da Polícia Federal, há pelo menos dez filiados ao PT. Apresentado ao levantamento e aos documentos, o promotor do caso, Ricardo Rocha, foi enfático ao afirmar que vê grandes indícios de um esquema de caixa dois para campanhas eleitorais. “O número de filiados do PT envolvidos dá indícios de ação orquestrada para arrecadar recursos”, afirma Rocha.

A maioria das operações fraudulentas ocorreu entre o final de 2009 e o início de 2011. Somados, os valores dos financiamentos chegam a R\$ 100 milhões, e a dívida com o banco a R\$ 125 milhões. **Só a MP Empreendimentos, a Destak Empreendimentos e a Destak Incorporadora conseguiram financiamentos na ordem de R\$ 11,9 milhões. Elas pertencem aos irmãos da mulher de Robério do Vale, Marcelo e Felipe Rocha Parente.** Segundo a auditoria do próprio banco,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

as três empresas fazem parte de uma lista de 24 que obtiveram empréstimos do BNB com notas fiscais falsas, usando laranjas ou fraudando assinaturas. **As empresas foram identificadas após a denúncia feita por Fred Elias de Souza, um dos gerentes de negócios do Banco do Nordeste. Ele soube do esquema na agência em que trabalhava, a Fortaleza-Centro, e decidiu procurar o Ministério Público, em setembro do ano passado.** “Sou funcionário do banco há 28 anos. Quando soube do que estava acontecendo, achei que tinha o dever de avisar o MP”, diz. O promotor Rocha, depois de tomar conhecimento do teor e da gravidade das denúncias de Souza, chamou representantes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União para acompanhar o depoimento.

Em um dos casos, fica evidente o aparelhamento político do banco por membros do PT. Souza denunciou a existência de um esquema chefiado pelo empresário José Juacy da Cunha Pinto Filho, dono de seis empresas que obtiveram mais de R\$ 38 milhões do Banco do Nordeste, em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), entre 2010 e 2011. Para conseguir financiamentos para compras de máquinas e veículos, foram apresentadas notas fiscais falsas, segundo o Relatório da CGU. Tudo era feito com a conivência de funcionários das agências bancárias e de avaliadores do banco. No caso da empresa Flexcar Comércio e Locação de Veículos, o então gerente de negócios da Agência BNB Fortaleza-Centro, Gean Carlos Alves, afirmou em laudo ter visto os 103 carros financiados pelo banco. Fred de Souza afirmou em depoimento que uma fiscalização identificou apenas 33. Segundo a investigação, Alves alterou os registros referentes aos gravames (documentos de garantia da dívida) dos veículos para liberar quase R\$ 3 milhões para a Flexcar, aceitou notas fiscais falsas e falsificou o e-mail de um colega. Segundo o depoimento de Fred de Souza, Alves liberou R\$ 11,57 milhões para três empresas de Pinto Filho usando uma senha dada pelo controle interno do banco e pela Gerência-Geral da agência. **A gerência é ocupada por Manoel Neto da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores.**

Outras duas empresas de Pinto Filho obtiveram empréstimos em outra agência de Fortaleza, a Bezerra de Menezes, cujo gerente-geral é José Ricásio Mendes de Sousa, também filiado ao PT. Segundo o depoimento de Souza, foi Mendes de Sousa quem atraiu Pinto Filho para realizar negócios com o banco. A sexta empresa de Pinto Filho envolvida no esquema, segundo as auditorias, é a JPFC Empreendimentos, que apresentou notas falsificadas para justificar um empréstimo de R\$ 2,9 milhões. As notas foram assinadas por Antônio Martins da Silva Filho, filiado ao PT de Limoeiro do Norte, cidade cearense de onde chegaram à PF outras denúncias envolvendo o BNB, em dezembro último.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A investigação da polícia está sob segredo de Justiça, mas ÉPOCA obteve com exclusividade o depoimento de José Edgar do Rêgo, funcionário do banco há 32 anos. Desde março de 2010, Rêgo é gerente de negócios do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf), coordenado pelo banco, em Limoeiro. Ele delatou um esquema, investigado pela PF, em que os beneficiados pelas linhas de crédito do banco não eram agricultores, mas motoqueiros, frentistas, professores municipais e taxistas. Tudo ocorreu em 2010.

Empréstimos do BNB eram pedidos e autorizados por membros do PT, citados na denúncia

Os projetos aprovados pelo banco eram apresentados por dois sindicalistas: Sidcley Almeida de Sousa e Francisco César Gondim. Ambos são filiados ao PT da cidade de Tabuleiro. Em suas visitas ao BNB de Limoeiro, eles eram sempre acompanhados pelo vice-prefeito de Tabuleiro, Marcondes Moreira, também do PT. Apesar das irregularidades na identificação dos beneficiados, os projetos eram aprovados. Entre os citados por Rêgo como envolvidos na aprovação dos projetos ainda estavam outros dois filiados ao PT: Ariosmar Barros Maia, da cooperativa técnica de assessoria e projetos, e Samuel Victor de Macena, que avaliou em R\$ 180 mil imóveis cujo valor, medido pelo banco, não passam de R\$ 53 mil. Os imóveis foram colocados como garantia dos empréstimos.

No meio de seu depoimento à Polícia Federal, foi questionado sobre a empresa Emiliano Turismo, investigada pela PF. Disse que “era de conhecimento público em Tabuleiro que **a empresa Emiliano Turismo trabalhava como cabo eleitoral para os então candidatos a deputado estadual e federal Dedé Teixeira e (José) Guimarães, ambos do Partido dos Trabalhadores**”. O deputado Guimarães nega qualquer tipo de relação com a Emiliano.

Rêgo disse ainda que a Emiliano Turismo montava projetos para ser aprovados pelo Pronaf. Ele afirma ter detectado falsificações em assinaturas do projetista José Ivonildo Raulino, em projetos apresentados pela empresa. Alguns deles foram aprovados pelo gerente-geral da agência, José Francisco Marçal de Cerqueira. Devido ao grande número de projetos do Pronaf na agência de Limoeiro, Marçal determinou que funcionários trabalhassem nos fins de semana. Alguns contratados passaram a ter a senha de Rêgo, gerente de negócios do Pronaf, para liberar os recursos quando ele não estivesse presente. Um deles era Otávio Nunes de Castro Filho, filiado ao PT. Ainda segundo o depoimento de Rêgo, Marçal autorizava e Isidro Moraes de Siqueira, então superintendente do banco e atual diretor de Controle e Risco, tinha conhecimento do que ocorria. Siqueira afirma que, informado das irregularidades, acionou a auditoria interna do banco. O maior responsável no banco pelos recursos do Pronaf é outro petista, indicado pelo deputado Guimarães: José Alencar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sydrião Júnior, diretor de Gestão do Desenvolvimento do banco, setor responsável pela liberação dos recursos do programa, e segundo maior doador da campanha de Guimarães.

O Ministério Público, Federal ou Estadual, ainda não recebeu o relatório da CGU nem a auditoria interna do BNB. A quebra de sigilos bancários dos envolvidos tampouco foi autorizada pela Justiça. Uma discussão judicial quanto à competência das esferas estadual ou federal para apurar as denúncias também postergou os trabalhos de investigação. Após várias idas e vindas, atualmente o processo está nas mãos do promotor do MPE Ricardo Rocha.

O atual presidente do BNB, Jurandir Vieira Santiago, assumiu o cargo em junho de 2011. Sua última administração também é alvo de uma investigação, que no Ceará ganhou o nome de “escândalos dos banheiros”. Até assumir a presidência do banco, no meio do ano passado, Jurandir era secretário das Cidades do Estado. O TCE investiga um esquema de superfaturamento na construção de banheiros em comunidades carentes no interior do Ceará. Alguns envolvidos já foram intimados a devolver R\$ 164 mil aos cofres públicos.

O deputado Guimarães nega ter conhecimento das irregularidades e repudia qualquer envolvimento de seu nome relacionado a desvios de recursos no Banco do Nordeste. **Ele diz que o ex-presidente Roberto Smith foi indicado pelo PT do Ceará com sua anuência.** O comando do BNB diz nunca ter sido omissos quanto às irregularidades e que vários dos envolvidos foram demitidos. Robério do Vale, chefe de gabinete, afirma que sua função não interfere no processo de concessão de crédito. Ele diz que o banco deve apurar as irregularidades e punir os responsáveis. O ex-presidente do banco Roberto Smith diz não ter tomado conhecimento do relatório da CGU nem das conclusões da auditoria interna, por estar fora do banco desde 2011. Afirma que, no final de seu mandato, recebeu denúncia de desvios de crédito e encaminhou para a auditoria.

O promotor Rocha pediu ao banco que providenciasse segurança a Fred de Souza, autor da maior parte das denúncias. Souza recusou. Desde então, escapou de um tiro na rua e foi perseguido por motos duas vezes. Souza foi transferido de horário e função. Hoje, trabalha da meia-noite às 7 horas, avaliando o trabalho de atendentes do Serviço de Atendimento ao Cliente do banco. Ali, até o momento, não identificou nenhuma irregularidade.”

A notícia deixa clara a situação de aparelhamento político em que se encontra o Banco dos Nordeste, naquela região, e não deixa dúvidas quanto à gravidades dos fatos apontados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sobre o mesmo tema, consta também do jornal "O Globo", publicado em 8.6.2012:

"PF investiga desvio de R\$ 100 milhões do Banco do Nordeste

Instituição foi investigada no episódio dos "dólares na cueca", no auge do mensalão

O GLOBO

Publicado:8/06/12 - 11h22

Atualizado:8/06/12 - 11h42

SÃO PAULO - Após ser investigado, no auge do mensalão, por envolvimento no caso dos "dólares na cueca", o Banco do Nordeste protagoniza um novo escândalo. Reportagem da revista "Época" informa que a Polícia Federal apura o desvio de mais de R\$ 100 milhões da instituição financeira. As empresas dos cunhados do atual **chefe de gabinete do Banco do Nordeste, Robério Gress do Vale, receberam em torno de R\$ 12 milhões**.

As irregularidades foram apontadas em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU). **O chefe de gabinete foi o quarto maior doador, como pessoa física, para a campanha eleitoral do deputado federal José Guimarães (PT-CE). Foi um assessor do parlamentar petista**, quando exercia o cargo de deputado estadual, que foi detido, em 2005, com US\$ 100 mil escondidos nas roupas de baixo, dinheiro que tinha origem em esquema de propina.

Um levantamento feito pela revista mostra que, entre os nomes envolvidos nas investigações da Polícia Federal, **há pelo menos dez filiados ao PT**. O promotor do Ministério Público Estadual (MPE), Ricardo Rocha, **vê indícios de esquema de caixa dois para campanhas eleitorais**. Segundo a publicação, a maioria das operações fraudulentas ocorreu entre 2009 e 2011. Segundo a publicação, uma auditoria realizada pelo Banco do Nordeste mostra uma lista de vinte e quatro empresas que obtiveram empréstimos com notas fiscais falsas, com indícios de uso de "laranjas" ou fraudes em assinaturas. O Ministério Público ainda não recebeu a auditoria interna do Banco do Nordeste ou o relatório da Controladoria-Geral da União.

A revista aponta ainda que o atual presidente do Banco do Nordeste, Jurandir Vieira Santiago, é alvo em relação ao período em que esteve à frente da Secretaria das Cidades do Ceará. O Tribunal de Contas do Estado investiga esquema de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

superfaturamento na construção de banheiros em comunidades carentes no estado, em episódio que ficou conhecido como “escândalos dos banheiros”.

Para a revista, o deputado federal José Guimarães (PT-CE) negou ter conhecimento das irregularidades e o Banco do Nordeste informou nunca ter sido omissos quanto às irregularidades e afirmou que alguns dos envolvidos foram demitidos.”

(FONTE: <http://oglobo.globo.com/pais/pf-investiga-desvio-de-100-milhoes-do-banco-do-nordeste-5149407#ixzz1xEmSHHzw>)

As denúncias são graves e dizem respeito diretamente a bens e interesses de relevância nacional. A confirmarem-se os fatos acima indicados pode-se estar diante de infrações gravíssimas a demandar providências enérgicas das autoridades constituídas.

As denúncias estão claramente compreendidas o âmbito da atuação fiscalizadora desta Casa de Leis e desta Comissão. A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

No mesmo sentido, o art. 70 da Constituição Federal determina que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

O Banco do Nordeste é a entidade integrante da Administração federal indireta, vinculada ao Ministério da Fazenda, o que não deixa dúvidas quanto à competência do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Congresso Nacional e, em particular, desta Comissão para proceder a sua fiscalização.

Destarte, a audiência ora requerida é fundamental para que possamos esclarecer à sociedade brasileira os fatos acima alinhavados.

Sala da Comissão, de 2012.

VANDERLEI MACRIS
PSDB – SP